

Aves das zonas agrícolas da Europa diminuem drasticamente

As populações de aves das zonas agrícolas por toda a Europa encontram-se nos níveis mais baixos desde que há registos, é o que mostram os novos dados agora revelados. Portugal é uma das poucas excepções neste cenário negro da biodiversidade rural europeia.

O Esquema Pan-Europeu de Monitorização de Aves Comuns (esquema pan-europeu) compilou os números relativos a 145 espécies de aves comuns e largamente distribuídas em 25 países europeus entre 1980 e 2009. Os dados para o nosso país são produzidos pelo projecto Censo de Aves Comuns (CAC) da SPEA. Os dados do CAC estão na base da produção dos índices de aves comuns para Portugal e para a Europa

De entre as espécies cobertas pelo esquema pan-europeu, as aves dos meios agrícolas são as mais ameaçadas, com 20 espécies em declínio num total de 36. O valor médio do Índice de Aves Comuns de Zonas Agrícolas (IACZA) na Europa é o mais baixo de sempre, situando-se 48% abaixo do valor de 1980. Algumas das espécies que mais diminuíram em toda a Europa nas últimas três décadas incluem espécies tão familiares como a Laverca (-46%), o Abibe (-52%), o Pintarroxo (-62%) e o Trigueirão (-66%).

Ambientalistas e cientistas argumentam que estes dados provam a necessidade de uma reforma urgente da Política Agrícola Comum (PAC), de modo a recompensar e encorajar os agricultores que praticam uma gestão favorável à biodiversidade. As propostas da Comissão Europeia para o futuro da PAC serão divulgadas em Outubro próximo. Mas a SPEA teme que fiquem aquém das necessidades, e não contenham apoios suficientes às medidas agro-ambientais que financiam uma gestão favorável à biodiversidade.

Felizmente a situação das aves comuns de zonas agrícolas em Portugal é uma excepção no panorama negro da biodiversidade rural europeia. O IACZA nacional apresenta desde 2004 uma tendência de aumento moderado, equivalente a 13%, que por enquanto não tem significado estatístico. Este facto indica que, de uma maneira geral, as espécies de aves comuns dependentes de sistemas agrícolas portugueses apresentam populações estáveis ou em crescimento pouco acentuado.

Domingos Leitão, Coordenador do Programa Terrestre da SPEA, salienta que “o panorama mais favorável de Portugal não quer dizer que a nossa agricultura não necessita de medidas agro-ambientais”. Em Portugal pratica-se maioritariamente uma agricultura extensiva, diversificada, e com limitações de aptidão dos solos e de disponibilidade de água. Muitas das nossas explorações ago-silvo-pastoris têm dificuldade em competir nos mercados internacionais, porque a sua produção é baseada na diversidade e na autenticidade dos produtos e não apenas na quantidade. No entanto, estes agricultores produzem um manancial de bens e serviços públicos (gestão do território, protecção do solo e da água, biodiversidade, etc.), que só podem ser recompensados com dinheiros públicos. “É para os agricultores e produtores agro-florestais da Rede Natura 2000, das montanhas e de outras zonas remotas do país que necessitamos do dinheiro público da PAC e da medidas agro-ambientais” conclui Domingos Leitão.

Para mais informações contactar:
Domingos Leitão
Coordenador do Programa Terrestre
TLM 96 956 23 81,
e-mail domingos.leitao@spea.pt



Anúncios recentes relativos ao Orçamento da UE para 2014-2020 tornaram claro que os decisores políticos planeiam atribuir menos dinheiro ao Pilar II da PAC, que contem os valiosos pagamentos ambientais. Para além disso, poderá ser permitido aos Estados Membros transferir dinheiro das medidas agro-ambientais para outras áreas. Se assim for, corremos o risco de dar mais dinheiro à agricultura intensiva e abandonar quem produz qualidade, autenticidade e biodiversidade no Barroso, na Serra da Estrela, nos montados de Cabeção, na planície de Castro Verde e em tantas outras regiões extraordinárias de Portugal.

Os resultados da monitorização de aves comuns na Europa sugerem que, depois de falhar os objectivos de 2010, a União Europeia corre o risco de falhar também os novos objectivos de conservação da biodiversidade para 2020, a não ser que tome medidas decisivas e urgentes. Medidas que passam por integrar os objectivos de conservação da biodiversidade nas políticas sectoriais, como a PAC. Se falharmos em providenciar aos agricultores as ferramentas adequadas para a conservação da natureza dos meios rurais, estaremos a contribuir para o abandono do território e para a perda da biodiversidade rural.



Paisagens rurais diversas, em risco de abandono em Portugal.
Foto: DLeitão

O Esquema Pan-Europeu de Monitorização de Aves Comuns – É uma iniciativa conjunta do EBCC e da BirdLife International, com o apoio da RSPB e da Comissão Europeia. Os dados derivam de projectos anuais de censo de aves comuns em 25 países: Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, República Checa, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, República da Irlanda, Itália, Lituânia, Holanda, Noruega, Polónia, Portugal, Eslovénia, Eslováquia, Espanha, Suécia, Suíça e Reino Unido. A tendência global das 145 espécies incluídas no esquema pan-europeu permanece estável desde 1980, mas o sub-grupo das espécies comuns de zonas agrícolas diminuiu em média 48% e o das espécies de zonas florestais diminuiu em média 13%. <http://www.ebcc.info/index.php?ID=469>.

O Censo de Aves Comuns – O CAC é um programa de monitorização a longo prazo de aves comuns nidificantes em Portugal. Foi lançado pela SPEA, em 2004, no Continente e na Madeira, e nos Açores em 2007. O CAC fornece os dados de base sobre Portugal ao esquema pan-europeu e produz os índices de aves comuns para o nosso país. A produção do Índice de Aves Comuns de Zonas Agrícolas (IACZA) e do índice de Aves Comuns de Aves Florestais (IACZF) é apoiado pelo Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, através de uma parceria com o Gabinete de Planeamento e Políticas, com financiamento do Programa da Rede Rural Nacional. O CAC é um dos projectos incluídos no Programa de Monitorização de Aves Comuns, recentemente galardoado com uma menção honrosa do Prémio BES Biodiversidade. <http://www.spea.pt/pt/estudo-e-conservacao/censos-de-aves/censo-de-aves-comuns/>

O IACZA apresenta desde 2004 uma tendência de aumento moderado, equivalente a 13%, que por enquanto não tem significado estatístico. Este facto indica que, de uma maneira geral, as espécies de aves comuns dependentes de sistemas agrícolas apresentam populações estáveis ou em crescimento pouco acentuado. Por outro lado, o IACZF apresenta desde 2004 uma tendência de redução moderada, que por enquanto não tem significado estatístico. Este facto indica que, de uma maneira geral, as espécies de aves comuns dependentes da floresta apresentam populações estáveis ou em decréscimo pouco acentuado. O caso mais grave é o da Rola-comum (*Streptopelia turtur*), que registou um decréscimo acentuado desde 2004 equivalente a 52%. O relatório completo pode ser descarregado em http://www.spea.pt/fotos/editor2/relatorio_spea_iacza2009.pdf.

Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves – A SPEA é uma Organização Não Governamental de Ambiente que trabalha para a conservação das aves e dos seus habitats em Portugal. A SPEA faz parte da BirdLife International, uma aliança de organizações de conservação da natureza em mais de 100 países, considerada uma das autoridades mundiais no estudo das aves, dos seus habitats e nos problemas que os afectam. www.spea.pt

Visite-nos:

www.facebook.com/spea.Birdlife



https://twitter.com/spea_birdlife



Para mais informações contactar:
Domingos Leitão
Coordenador do Programa Terrestre
TLM 96 956 23 81,
e-mail domingos.leitao@spea.pt

